

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 272/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Flávia Borja, Ciro Pereira e Nikolas Ferreira que *Revoga a Lei nº 11.244 de 13 de julho de 2.020 que "Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara ou cobertura facial sobre nariz e boca nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços."*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 272/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria dos Vereadores Flávia Borja, Ciro Pereira e Nikolas Ferreira, o Projeto de Lei nº 272/2022 almeja, em suma, revogar a Lei Municipal nº 11.244 de 13 de julho de 2020 que dispõe sobre o uso obrigatório de máscara nos espaços públicos, equipamentos de transporte público coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 11/04/22
HORA: 11:43:18

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 272/2022 encontra-se eivado de inconstitucionalidade, pois viola o princípio da harmonia e separação dos poderes – previstos no art. 2º da Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989) – ao usurpar matéria de competência da gestão administrativa municipal.

A proposição em comento, ao revogar a Lei que obriga o uso de máscara nos espaços públicos, ônibus, e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, interfere indevidamente em matéria concernente ao poder de polícia sanitária (exercidos pelos órgãos técnicos) e promove ingerência na atividade típica do poder Executivo, a quem cabe determinar a política de enfrentamento à pandemia do Covid-19.

Portanto, mesmo reconhecendo a louvável iniciativa do nobre vereador, o Projeto de Lei 272/2022 padece de mácula formal de inconstitucionalidade.

2.2 Da Legalidade e Da Regimentalidade

Tendo em vista a conclusão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 272/2022, resta prejudicada a análise da legalidade e regimentalidade.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei 272/2022.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2022.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2022.04.11 11:41:24 -03'00'

Vereador Irlan Melo

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	11/04/2022 11:52:39 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer PL 272-22.pdf 99b861ef4fbf42c743
Resumo SHA256 do arquivo	3ade2285994ed89ed1 cd9e42cff3eb84c1cd 9a78fc81dd

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3,
OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado Em conformidade com o padrão
Estrutura da assinatura	Aprovada
Cifra assimétrica	Correto
Resumo criptográfico	Aprovado
Atributos obrigatórios/opcionais	Nenhum
Certificados necessários	certificados

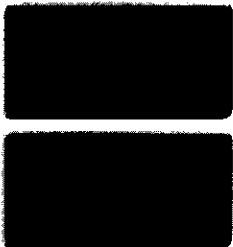
Modo escuro ☐

Mensagem de alerta

► Caminho de certificação

► Atributos

necessário
Atualizações
incrementais
não verificadas



Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 307/2022

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes e Wanderley Porto que *Altera a Lei nº 9.063/05, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator — conforme despacho de recebimento — para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 307/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria dos Vereadores Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes e Wanderley Porto, o Projeto de Lei nº 307/2022 promove alterações na Lei nº 9.063 de 17 de janeiro de 2005, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento em Belo Horizonte.

Conforme os autores,

A proposta decorre da necessidade de adequar a legislação em vigor, com o fim de desburocratizar, simplificar, racionalizar, tornar mais transparente e conferir eficiência ao procedimento de autorização para a realização de eventos.

Trata-se de atualizar a legislação aplicável ao tema, com o objetivo de definir os diferentes tipos de eventos,

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 11/04/2022
HORA: 11:11:58

reservando a autorização para aqueles que realmente geram impacto na cidade.

Sana algumas omissões da normativa atual, especialmente, aquelas relativas às atividades não eventuais em áreas particulares, como casas de shows e casas de festas e eventos, sujeitas a Alvará de Localização e Funcionamento e a Estudo de Impacto de Vizinhança, bem como aos eventos que possuem feiras acessórias

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 307/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como suplementar a legislação Federal e Estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No que diz respeito ao projeto de Lei nº 307/2022, observa-se que não há conflito desta proposição com a legislação infraconstitucional pertinente ao tema – em especial a lei de Eventos existentes e o Código de Posturas municipal –, estando, portanto, respaldada pela legalidade/juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 307/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei 307/2022.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2022

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
Dados: 2022.04.11 11:01:58 -03'00'

Ver. Irlan Melo

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ **RELATÓRIO 1** - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	11/04/2022 11:14:31 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer 307-22.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	bce8df84f532ea0536e704b3e4e9b8dd4098f2c651df b764e0afd176f2bbdb0f

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 314/2022
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, Marilda Portela, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes, Wanderley Porto e Wilsinho da Tabu que *Dispõe sobre a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e dá outras providências.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator — conforme despacho de recebimento — para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 314/2022.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria dos Vereadores Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, Marilda Portela, Nely Aquino, Professor Juliano Lopes, Wanderley Porto e Wilsinho da Tabu, o Projeto de Lei nº 314/2022, em suma, dispõe sobre implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no município, em conformidade com o disposto na Lei Federal 13.116, de 20 de abril de 2015.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 14/04/2022
HORA: 14:45:20

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 314/2022 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como complementar a legislação Federal e Estadual.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, I.

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No que diz respeito ao projeto de Lei nº 314/2022, observa-se que não há conflito desta proposição com a legislação infraconstitucional pertinente ao tema. Atualmente vigora no Município a Lei 8.201/01 que “Altera a Lei nº 7.277/97, que estabelece normas para instalação de antenas de telecomunicações e dá outras providências”. Essa Lei contudo está ultrapassada, haja vista a promulgação da Lei Federal nº 13.116/15 (Lei Geral das Antenas) que “Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.” Sendo assim, o projeto de Lei promove alterações na legislação municipal para que esteja em conformidade com as inovações legislativas consubstanciadas pela referida Lei Federal, estando, portanto, respaldada pela legalidade/juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 314/2022, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei 314/2022.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2022

IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360769634

Ver. Irlan Melo

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multiple v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Data: 2022.04.11 14:38:05 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	11/04/2022 14:49:11 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer PL 314-22.pdf 3e0ed60fcbd6cdd58234b9936270 d6229da0076e96fbf18126618ddd b9f65a4f
Resumo SHA256 do arquivo	

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,
OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,
C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 250/2022

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 250/2022, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que pretende denominar “*José Lessa a rua Três localizada no Bairro Cidade Jardim Taquaril, com Planta (CP) 191001K, Zona 454, Quarteirão 010A.*”

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa dar a denominação de “José Lessa” à Rua Três, no bairro Cidade Jardim Taquaril.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão de Legislação e Justiça, propus que a presente proposição fosse baixada em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Alexandre Kalil, ex-Prefeito de Belo Horizonte, solicitando o encaminhamento ao órgão competente para emitir parecer sobre a possibilidade de renomeação, conforme preconiza a Lei 9.691/2009.

Em resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 250/2022 — Autoria do Vereador Wilsinho da Tabu — encaminhada pelo ofício Dirleg nº 539/22, de 09/03/2022, a Secretária Municipal de Política Urbana Maria Fernandes Caldas asseverou “*que conclui que não há impedimento para a adoção do nome de Rua José Lessa à Rua Três, no Bairro Cidade Jardim Taquaril, em atendimento ao Art. 59 da Lei 9691, de 19 de janeiro de 2009.*”

Antes de avançar na fundamentação do presente Parecer, cumpre registrar que, na legislatura passada, cerca de 2/3 (dois terços) dos Projetos de Leis aprovados nesta Casa eram referentes a mudanças de nomes de ruas, homenagens e datas comemorativas. Em razão disso, firmei forte compromisso de não legislar sobre esses temas, o que tenho cumprido até o presente momento.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 07/04/2022
HORA: 14:02:43



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Minha atuação na Comissão de Legislação e Justiça segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, contudo, não ignoro a importância do cumprimento da tecnicidade estabelecida pelo primado do Direito, o qual encontra na Constituição da República a sua pedra angular.

E, nesse sentido, tem-se a legislação municipal que permitir a troca de nomes de ruas.

Porém, em que pesem todos os argumentos citados, o PL em análise trata de uma singularidade que exige uma atuação excepcional, pois a mudança proposta é voltada para uma rua que não tem nome, mas apenas identificação numérica.

Digo que esse caso é intrinsecamente especial, pois a popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, exige uma precisão que vai além das meras definições das coordenadas geográficas, e nesses casos, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

Inicialmente importa frisar que a análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de compatibilidade desta com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e, sobretudo, cogente, já que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

O art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, concede ao ente municipal a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Dispõe o art. 30, inciso I, da Constituição da República:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

II- suplementar a legislação federal e estadual no que couber.”

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Inclusive, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(RE) 1151237, que teve repercussão geral, reconheceu que o Poder Legislativo e o Poder Executivo têm competência normativa concorrente para a denominação de vias, logradouros e prédios públicos.

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 250/2022.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

A presente proposição legislativa, sob o aspecto da sua legalidade, está em conformidade com os arts. 4º, 23, caput, e art. 24 da Lei 9.691/2009 que dispõem sobre a identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel e dá outras providências.

Art. 4º - É logradouro oficial aquele que atenda a, pelo menos, uma das seguintes condições:

- I - estar oficializado em planta de parcelamento do solo aprovada;*
- II - constituir terreno integrante do patrimônio público;*
- III - ter sido implantado pelo poder público.*

Art. 23 - A outorga de nome oficial a próprio público e a passagem dar-se-á por lei, que deverá dispor sobre a identificação e a localização destes.

Parágrafo único - A outorga de que trata o caput deste artigo será feita por decreto quando se tratar de regularização de parcelamento do solo promovida pelo poder público em área de interesse social, conforme aprovação de projeto respectivo ou plano de inclusão social.

Art. 24 - O processo de outorga de nome oficial por lei a próprio público ou a passagem será instruído com:

- I - indicação do próprio público ou da passagem;*
- II - indicação do nome que se pretende outorgar;*
- III - relato explicativo sobre o nome indicado;*
- IV - informação sobre a identificação, a localização, a oficialização e a regularidade do próprio público ou sobre a caracterização como passagem;*
- V - informação sobre os nomes de bairro nos quais o próprio público ou a passagem se localizem;*
- VI - códigos do Cadastro Técnico Municipal.*

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 250/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 250/2022.

2.4. DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Evidencia-se, portanto, ser relevante denominar como *“José Lessa a rua Três localizada no Bairro Cidade Jardim Taquaril, com Planta (CP) 191001K, Zona 454, Quarteirão 010A.”*

Nestes termos, em análise de mérito, afigura-se aprovado o projeto de lei supracitado.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e pela aprovação do Projeto de Lei n. 250/2022.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA
PEREIRA ALTOE:04519898641
Dados: 2022.04.07 14:00:34 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

NOVO

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	07/04/2022 14:06:29 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer PL 250-2022 - PDF.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	b2c4ddaf35b145efcd4ece93948 e6b7242f4217f5bc3712918192d cb3721c9ab

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 264/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 264/22, que “Altera a Lei nº 7.863, de 19 de novembro de 1999, que institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências”, de autoria da Mesa, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 264/22.

Belo Horizonte, 11 / 4 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-11/abr/22-12:00:33-005000-1



PROJETO DE LEI Nº 264/22

Altera a Lei nº 7.863/99, que institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam extintas, com a vacância, no quadro de cargos da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH:

I - 1 (uma) vaga do cargo público efetivo de Psicólogo;

II - 1 (uma) vaga do cargo público efetivo de Economista.

Parágrafo único - A extinção de vagas de que trata o *caput* deste artigo alcançará a vaga atualmente existente ou a vaga que primeiro se verificar para cada um dos cargos que menciona.

Art. 2º - Ficam criadas no quadro de cargos da CMBH:

I - 1 (uma) vaga para o cargo público efetivo de Consultor Legislativo, vinculada à área de Administração Pública, Orçamento e Finanças, em seu primeiro provimento;

II - 1 (uma) vaga para o cargo público efetivo de Contador;

III - 4 (quatro) vagas para o cargo público efetivo de Analista de Tecnologia da Informação, sendo 2 (duas) vinculadas à especialidade de Infraestrutura de Sistemas e 2 (duas) vinculadas à especialidade de Desenvolvimento de Sistemas, no primeiro provimento de cada uma delas;

IV - 5 (cinco) vagas para o cargo público efetivo de Jornalista;

V - 16 (dezesesseis) vagas para o cargo público efetivo de Técnico Legislativo II.

Art. 3º - Fica criado, no quadro de cargos da CMBH, o cargo público efetivo de Publicitário, da classe E.3, com 2 (duas) vagas e com as seguintes atribuições:

I - propor, conceituar e desenvolver peças, campanhas ou quaisquer ações de divulgação interna e externa das atividades legislativas, institucionais e administrativas da CMBH, utilizando diferentes suportes e formatos;

II - pesquisar e selecionar linguagens adequadas a cada intenção de comunicação, estudando tendências;



III - elaborar padrões de identidade visual para papelaria e sinalização institucionais;

IV - propor estratégias de comunicação integrada, considerando os principais canais de relacionamento e os diferentes públicos da CMBH;

V - contribuir para a elaboração de plano de comunicação institucional;

VI - propor e desenvolver conteúdos e estratégias de gerenciamento para os perfis institucionais da CMBH em redes sociais;

VII - fornecer apoio consultivo para serviços prestados por terceiros em atividades relativas ao setor de comunicação;

VIII - oferecer suporte às comissões em assuntos afetos à sua função;

IX - desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

§ 1º - O provimento do cargo público de Publicitário depende da conclusão de curso de graduação em Publicidade e Propaganda ou de curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

§ 2º - O cargo público de Publicitário passa a integrar o Anexo V da Lei nº 7.863, de 18 de novembro de 1999, com as atribuições e a escolaridade exigida para o seu provimento definidas neste artigo.

Art. 4º - O quadro de cargos efetivos, constante do Anexo III da Lei nº 7.863/99, terá a sua estrutura e quantitativos consolidados conforme as alterações promovidas por esta lei.

Art. 5º - Ficam revogados os §§ 7º, 8º, 9º e 10 do art. 20 da Lei nº 10.172, de 28 de abril de 2011.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 / 4 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 265/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 265/22, que “Promove o reajuste da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte”, de autoria da Mesa, foi aprovado pelo Plenário e vem a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 265/22.

Belo Horizonte, 11 / 4 / 22

RELATOR

CMBH_DIRLEG-11/abr/22-12:00:06-005059-1



PROJETO DE LEI Nº 265/22

Reajusta a remuneração dos servidores da CMBH.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica reajustada em 10% (dez por cento) a remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, tendo por base o valor do vencimento vigente em abril de 2022, sendo esse reajuste devido a partir de 1º de maio de 2022 ou do dia 1º do mês em que se der a publicação desta lei, se essa publicação se der após maio de 2022.

Art. 2º - O percentual, a data e a base de cálculo previstos no art. 1º desta lei se aplicam ao auxílio-alimentação de que trata a Lei nº 9.936, de 22 de junho de 2010.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 / 4 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

____/____/____

Aguardando emenda de
redação final até

____/____/____

DIVATO